

O tema movimentos sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento no Serviço Social na primeira década do milênio*

The theme of social movements in the areas of disclosure and socialization of knowledge in social work in the first decade of the millennium

EDALÉA MARIA RIBEIRO**

BÁRBARA SCHUELTER***



RESUMO – O presente trabalho é resultado final da pesquisa realizada junto ao grupo de pesquisa MOSCOPSS – Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social – do Departamento de Serviço Social da UFSC. Apresenta o resultado quantiquantitativo quanto à presença da temática *movimentos sociais* nos primeiros dez anos do milênio em trabalhos publicados nos eventos promovidos pela categoria profissional no Brasil: os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e os Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS). Os dados coletados permitem afirmar que o tema não desapareceu por completo nesses espaços de socialização do conhecimento no Serviço Social, ainda que a profissão tenha tido um distanciamento profundo em relação ao mesmo, fruto das referências teóricas que orientaram as reflexões do tema na profissão.

Palavras-chave – Produção de conhecimento. Movimentos sociais. Serviço Social.

ABSTRACT – This work is the end result of research conducted by the research group MOSCOPSS - Contemporary Social Movements, Sector Social Policy and Social Work - Department of Social Work UFSC. It presents quantitative and qualitative results for the presence of thematic social movements in the first ten years of the millennium in papers published in the events promoted by the professional category in Brazil: Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) and the National Meetings in Social Work (ENPESS). The data collected allow us to state that the thematic has not disappeared completely in these spaces of socialization of knowledge in social work, even though the profession has had a profound estrangement from the same, the result of a theoretical framework that guided the discussions of the topic in the profession.

Keywords – Knowledge production. Social movements. Social Work.

* Trata-se de uma pesquisa quantiquantitativa de caráter documental realizada via coleta de dados através dos documentos oficiais dos ENPESS e CBAS, passando por três etapas básicas no trabalho de análise de conteúdo: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação referencial. É importante salientar aqui que qualquer técnica adquire sua força e seu valor exclusivamente mediante o quadro de referência teórica que lhe orienta. E o quadro teórico que nos orientou foi a perspectiva crítica. Importante destacar, finalmente, que o universo desta pesquisa se constituiu de todos os encontros nacionais de ENPESS e CBAS acontecidos no Brasil entre os anos de 1999 a 2008.

A pertinência da pesquisa se colocou por dois motivos principais. O primeiro por serem os movimentos sociais, de forma direta ou indireta, espaços de trabalho para a profissão, e daí a necessidade de compreendermos como esta vem refletindo sobre o tema. O segundo motivo, tão importante quanto o primeiro, diz respeito à presença ativa destes sujeitos coletivos no cenário local, nacional e internacional; compreender suas demandas, suas reivindicações é algo fundamental para a profissão, uma vez que estas demandas chegam ao profissional via serviços, projetos, programas e políticas sociais, instrumentos privilegiados do exercício profissional nos mais diversos espaços de trabalho dos assistentes sociais.

** Professora do Departamento do Serviço Social na UFSC, mestre (1992) e doutora (2004) em Serviço Social pela PUCSP e líder do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social (MOSCOPSS) do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC, Santa Catarina – SC, Brasil. Integrante do NEMOS/PUCSP. E-mail: emribeiro@cse.ufsc.br

*** Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFSC e bolsista do MOSCOPSS – Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social, Santa Catarina – SC, Brasil. E-mail: barbaraschuelter@gmail.com.
Submetido em: setembro/2011. Aprovado em: novembro/2011.

Em fins dos anos 70 e ao longo dos anos 80 do século XX, vimos os movimentos sociais constituírem-se tanto em espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social quanto em tema de reflexão e debate da categoria, em face à profunda vinculação com estes. Tratou-se de um momento conjuntural ímpar vivido no cenário brasileiro, com o fim da ditadura militar e a perspectiva de construção de um amplo processo de redemocratização do país.

Vivia-se na profissão um período de renovação, marcado por diferentes tendências, que se convencionou chamar *reconceituação*. O encontro do Serviço Social com os movimentos sociais, no espaço acadêmico, se caracterizou pela negação do Desenvolvimento de Comunidade já que, para os profissionais da época, tratava-se de perspectivas completamente antagônicas.

Entretanto, pela importância desses como sujeitos coletivos fundamentais na reconstrução do processo democrático do país, e os mesmos se constituindo campo de atuação profissional e de inúmeras experiências de universidades junto aos movimentos de bairro, CEBs e outros, em 1982, quando é aprovado pela então ABESS o novo currículo mínimo tendo como eixo a perspectiva crítica, reintroduz-se a disciplina Desenvolvimento de Comunidade, ainda que com conteúdo de movimentos sociais, dando ênfase à educação popular, a pesquisa participante e a observação participante.

É fato que esta reedição foi problemática (Wanderley, 1993), tanto que a disciplina desaparece das Diretrizes Curriculares de 1996, apesar do debate efetuado por aqueles (poucos) que defendiam a necessidade do tema ser mais aprofundado pelo Serviço Social, já que a dimensão do coletivo não deixara de existir no exercício profissional.

Na segunda metade dos anos 90, o tema *movimentos sociais* perde centralidade no debate, sendo a bola da vez os conselhos de direitos e de políticas, em que pese os Pressupostos da Formação Profissional contidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, no núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira as Diretrizes a indicação da necessidade do “conhecimento, em profundidade, do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; das suas condições de vida e trabalho; das suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; das formas de luta e de organização; das suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou insubordinação que explicitam modos de ver e pensar desses sujeitos” (ABEPSS, 1996, p. 12).

Também o Código de Ética do Assistente Social, um dos pilares do projeto ético político da profissão aprovado pela categoria na primeira metade dos anos de 1990, já previa nos seus princípios fundamentais,

o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (CFESS, 1993).

Este mesmo Código de Ética, no capítulo IV, afirma ser direito do assistente social o apoio aos movimentos sociais e organizações populares, assim como se constitui num dever o respeito à autonomia desses:

Artigo 12º – Constituem direitos do Assistente Social:

b. apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Artigo 13º – São deveres do Assistente Social:

c. respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

Entretanto, há que se destacar que este apoio e/ou participação em movimentos sociais assinalado no Código de Ética não implica ou não tem, necessariamente, uma vinculação direta com o exercício profissional, tratando-se muito mais de um princípio ético-político que o orienta.

É somente na Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão, que encontramos uma clara referência do exercício profissional junto a estes sujeitos coletivos. De acordo com a referida lei, é competência do assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”.

Entretanto, ao longo dos anos 90, o movimento feito pela academia foi o de distanciamento dos movimentos sociais e de suas lutas sociais, seja pela centralidade que se colocava para a profissão, a efetivação dos conselhos de direitos, seja pela referência de análises teóricas e o discurso das esquerdas que apontavam para o encolhimento e fragilização da sociedade civil na luta pela qualidade das políticas sociais e da garantia dos direitos sociais e do trabalho, bem como o “isolamento” dos sindicatos e movimentos sociais (principalmente os movimentos sociais urbanos), através da desqualificação e/ou anulação da sua capacidade de luta e resistência.

Tal distanciamento se materializou tanto em termos de socialização e divulgação de conhecimento, quanto de experiências concretas de exercício profissional junto a estes sujeitos coletivos.

Na pesquisa efetuada junto a anais publicados pelos espaços de socialização do conhecimento no Serviço Social – Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço social (ENPESS) – constatou-se que do total de 5.439 trabalhos publicados na primeira década de 2000 (2000/2009), apenas 2,35% (128) trataram do tema movimentos sociais. Em que pese este distanciamento, os dados nos permite afirmar que o tema não desapareceu por completo nos eventos promovidos pela categoria profissional.

Profissionais, docentes e estudiosos do Serviço Social continuam insistindo na temática na medida em que novos desafios, novas exigências se colocam para uma profissão que se entende inserida na divisão sociotécnica do trabalho, numa realidade social que vivencia profunda transformação, fruto dos novos processos flexibilizadores do mercado de trabalho e da reforma do Estado brasileiro, cujo impacto não só atinge seu exercício profissional, mas seu próprio processo de formação.

Entender como este segmento da categoria profissional vem refletindo sobre movimentos sociais, sobre seu protagonismo num contexto de complexas transformações societárias e as implicações disto para a profissão – já que o serviço social inserido neste processo contraditório é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social

¹ – é desafio urgente.

Logo, o que se colocou como problema de pesquisa foi a necessidade de identificar e compreender: qual o tratamento dado ao tema neste período de tempo? Qual a discussão central dos trabalhos divulgados? Qual a origem dos estudos? Resultado de pesquisas de dissertação ou tese de pós-graduação? Foram temas de estudos de grupos de pesquisa ou foram temas gerados pelo cotidiano de exercício profissional? Tratou-se de uma discussão teórica? De relatos individuais de práticas? De reflexões do tema na formação profissional? Quais autores influenciaram a produção do serviço social neste período? E, finalmente, quais os avanços em termos de produção do conhecimento na relação Serviço Social – movimentos sociais?

Para efeito desta pesquisa foram analisados os trabalhos publicados no X, XI e XII CBAS, bem como os publicados nos VII, VIII, IX, X e XI ENPESS. Abaixo apresentamos os resultados e as reflexões finais pertinentes ao propósito do estudo.

Um panorama da divulgação e socialização do conhecimento acerca do tema *movimentos sociais* a partir de eventos significativos da categoria profissional

Conhecer como o serviço social tem se debruçado sobre o tema movimentos sociais a partir de eventos da categoria foi um dos objetivos da presente pesquisa. A seguir apresentamos um panorama quantitativo da divulgação e socialização do conhecimento sobre o tema movimentos sociais, a partir dos CBAS e ENPESS. Ao buscarmos inicialmente dados de natureza quantitativa sobre o número de trabalhos apresentados ao longo de 2000-2009 em eventos da categoria, quisemos demonstrar como correta a afirmação anteriormente explicitada de que ao longo desta primeira década do milênio a profissão permaneceu afastada do tema movimentos sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento, como demonstramos abaixo.

Tabela 1. Total de trabalhos publicados em Congressos da Categoria sobre Movimentos Sociais

ENCONTROS	NUMERO DE TRABALHOS	TRAB. SOBRE MOV. SOCIAIS	%
CBAS	2.711	73	2,69
ENPESS	2.728	55	2,00
Total	5.439	128	2,35

Conforme indica a tabela 1, de imediato os dados nos informam que ao longo dos anos 2000-09 *Movimentos Sociais* permaneceu não sendo um tema prioritário para a profissão, basta ver que ao longo do período, do total de trabalhos publicados nos CBAS e ENPESS (5.439), apenas 2,35% (128) trataram da temática.

Os temas que mobilizaram a categoria disseram respeito às políticas sociais, em especial previdência, saúde e assistência, seguido de temas como: trabalho e formação profissional; Infância, juventude, velhice; estado e democracia.

Quando olhamos separadamente cada evento, como os CBAS acontecidos entre os anos de 2001 e 2007, percebemos uma pequena variação no número de trabalhos aprovados e publicados, como nos informa a tabela 2.

Tabela 2. Total de trabalhos publicados nos X, XI e XII CBAS – 2001, 2004, 2007

CBAS	NUMERO DE TRABALHOS	TRAB. SOBRE MOV. SOCIAIS	%
X	784	34	4,33
XI	1.076	12	1,11
XII	851	27	3,17
Total	2.711	73	2,69

Nos CBAS, do total de 2.711 trabalhos aprovados e publicados, apenas 2,69% trataram do tema. Se em 2001 eles expressaram 4,33%, no encontro que segue tivemos uma redução significativa (1,11%), só voltando a aumentar em 2007 (3,17%).

Poderíamos considerar como fator de peso o local dos eventos. Em 2001, o CBAS foi realizado no Rio de Janeiro, em 2004 em Fortaleza, e o de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu. Entretanto, entendemos este elemento pouco significativo, já que a aprovação e publicação não implicam na obrigatoriedade da apresentação do trabalho por parte do autor, visto que o condicionante para a publicação é o pagamento da inscrição e não a presença do autor no evento.

Observando os dados dos ENPESS acontecidos entre 2000 e 2008 a tabela 3 nos informa que:

Tabela 3. Total de trabalhos publicados nos VII, VIII, IX, X, XI ENPESS – 2000, 2002, 2004, 2006, 2008

ENPESS	NUMERO DE TRABALHOS	TRAB. SOBRE MOV. SOCIAIS	%
VII	230	05	2,17
VIII	427	05	1,17
IX	540	11	2,03
X	745	11	1,5
XI	786	23	3,0
Total	2.728	55	2,0

Em se tratando dos ENPESS acontecidos ao longo dos anos 2000-08, os dados nos informam que a presença de trabalhos sobre o tema movimentos sociais é respectivamente 2,17%; 1,17%; 2,03%; 1,5%; 3,0%. Ainda chama a atenção o fato de que nos anos 2002 (VIII) e 2006 (X), o número de trabalhos apresentados foi praticamente metade, seja do encontro anterior, seja do posterior.

Quando comparamos o total de trabalhos dos CBAS com os ENPESS ao longo dos eventos, verificamos uma preocupação maior da categoria profissional no exercício efetivo da profissão no que diz respeito à divulgação e socialização desta produção do que com a produção da academia, ainda que no geral a porcentagem dos trabalhos publicados sejam relativamente semelhantes.

Um dado que merece reflexão, considerando que os ENPESS se constituem Encontros de Pesquisadores em Serviço social, é que o número de Pós-Graduações no Brasil no início do milênio somavam mais de 15 programas. Se pegarmos os dados constantes no DATACAPES período 1998-2002, quanto à produção discente nos programas de Pós Graduação na área de Serviço Social (indicações de eixos temáticos a partir de teses de doutorado e dissertações de mestrado) constataremos que as temáticas Questão Urbana, Movimentos Sociais, Meio Ambiente, e Questão Agrária, Movimentos Sociais e Meio Ambiente tiveram uma produção de 10,27% e 3,82% respectivamente (Carvalho, Silva e Silva, 2005, p.93).

A partir desses dados, verifica-se que o tema é significativo em termos de objeto de pesquisa, mas não o é nos espaços de divulgação e socialização da categoria profissional, onde a primazia continua sendo o tripé da seguridade e mais recentemente, trabalho.

Outra reflexão pertinente é quando pensamos estes dados na relação com a Pós - Graduação e a produção de conhecimento em serviço social. Segundo Carvalho e Silva e Silva (2005, p. 89), a partir de informações coletadas junto à CAPES/MEC 2004, a incidência da temática *Movimentos sociais/processos organizativos/associativismo/ sujeitos sociais* presente nas Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa

dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social ocupa o 5º lugar em temáticas mais prevalentes (14 indicações), de um total de 17 temáticas.

Se compararmos as produções apresentadas nos CBAS e ENPESS (2,35%) com os dados apresentados pelas professoras pesquisadoras Carvalho e Silva e Silva (2005), veremos, pois, a profunda lacuna entre o que se produz na academia e o que chega aos espaços legítimos de divulgação e socialização de conhecimento da categoria.

O questionamento que fica é: por que um tema que ocupa um espaço de significativa prevalência na academia não consegue visibilidade correspondente nos espaços de divulgação e socialização da categoria? Quais os elementos impeditivos desta possibilidade?

As fontes de referência dos autores dos trabalhos

Com relação às fontes que fundamentam a construção teórica dos trabalhos apresentados identificamos cinco dos autores mais citados, do Serviço Social e de outras áreas acadêmicas.

Na sistematização dos dados foram desconsiderados dois documentos que fundamentaram os trabalhos em geral: a Constituição Federal Brasileira de 1988 e o Código de Ética do Assistente Social.

Assim, em se tratando de referência no serviço social temos: José Paulo Netto (1990, 1996, 1998, 1999), Maria Ozanira da Silva e Silva (1995), Marilda Vilela Iamamoto (1985, 1992, 1998, 1999, 2002, 2003, 2004), Maria Lúcia Martinelli (1993, 1998, 1999) e Carlos Montañó (2002, 2005).

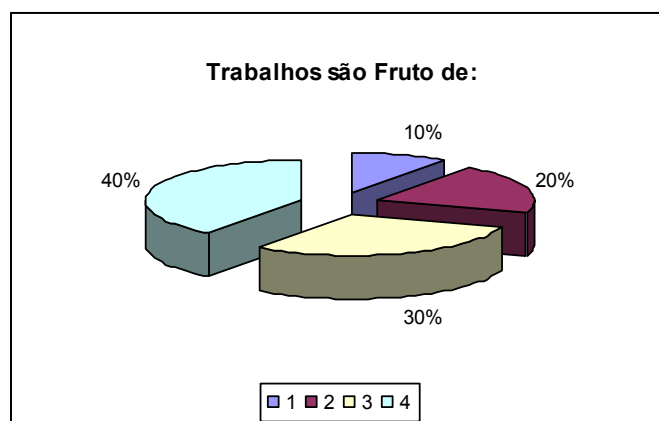
Com relação aos autores das outras áreas, destacam-se os autores da área da sociologia: Maria da Glória Gohn (1982, 1990, 1991, 1994, 1995, 1997, 1990, 2000, 2001, 2003) seguida de Ilse Scherer-Warren (1986, 1993, 1994), Ricardo Antunes (1993, 1995, 1999, 2000, 2004), Eder Sader (1988), e o sociólogo e cientista político Emir Sader (1995, 2003).

Isto nos informa que na área do serviço social, os autores da perspectiva crítica são a referência. Em se tratando de autores de áreas afins, que discutem movimentos sociais, a interlocução do serviço social é extremamente reduzida. É evidente a ausência dos debates presentes nestes espaços, o que nos leva supor que o serviço social se apropria de determinadas teorias muitas vezes de forma acrítica, como verdades estabelecidas. Com isto perde toda a riqueza do debate e das possibilidades de poder, a partir da própria profissão, contribuir no mesmo.

A origem dos estudos socializados

Outra preocupação da pesquisa foi identificar a origem dos trabalhos: se resultado de teses, dissertações, de trabalhos de grupo de pesquisas ou se do exercício direto da profissão. Num olhar atento aos 128 trabalhos, a pesquisa revelou que, em se tratando da origem dos trabalhos estes são:

Quadro 1: Origem dos trabalhos

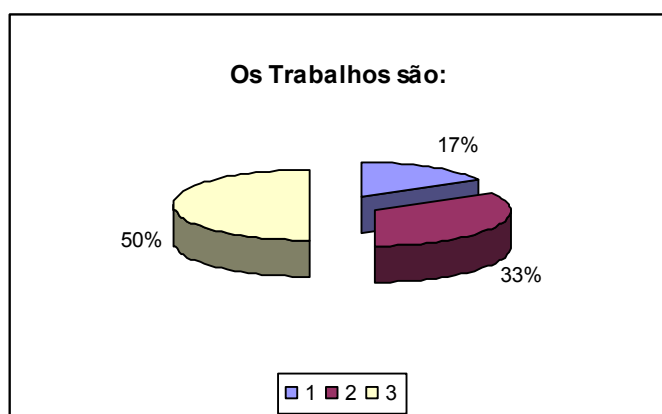


1. Resultado de Pesquisas de Grupos de Pesquisas (22 trabalhos)
2. Teses de Doutorado (18 trabalhos)
3. Dissertações de Mestrado (22 trabalhos)
4. Outros (66 trabalhos)

O quadro acima nos revela que em se tratando da origem dos trabalhos publicados, estes são majoritariamente produzidos no seio da academia (60%). Este dado cresce ainda mais quando analisamos o item "Outros": verificamos que dos 66 trabalhos, 56 estão ligados a parcerias com Instituições de Ensino Superior. Apenas 10 trabalhos têm sua origem pautada exclusivamente na atitude investigativa que orienta o exercício profissional.

Quando nos perguntamos de que tratam os trabalhos apresentados, a análise dos dados nos informam que:

Quadro 2: Conteúdo dos trabalhos



1. Relatos de Experiência (18 trabalhos)
2. Debate Teórico (44 trabalhos)
3. Pesquisa de Campo (66 trabalhos)

A pesquisa ainda demonstrou que 69% destes trabalhos privilegiaram a dimensão micro social e 31% a perspectiva macro social.

Estes dados indicam que a produção e socialização do conhecimento acerca de movimentos sociais é algo fundamentalmente ligado à academia. Não se trata de uma ação presente no exercício profissional, em que pese a presença de 66 trabalhos como pesquisas de campo. Importante ressaltar

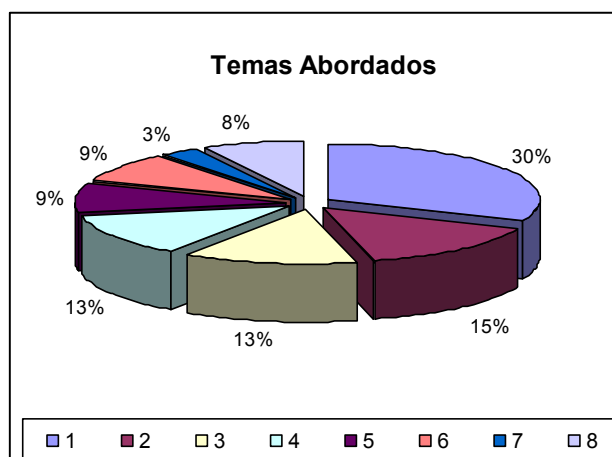
que as referidas pesquisas são pesquisas empíricas/exploratórias, não pautadas a partir do exercício profissional, mas de temas presentes na profissão, muitas vezes respondendo aos interesses dos grupos e linhas de pesquisas ao que os estudiosos estiveram ligados, nos respectivos programas de pós graduação, como nossa leitura atenta indicou.

Também este dado sinaliza que, com exceções, não há uma prática continuada de pesquisa por parte de grande maioria dos pesquisadores. O que comprova esta afirmação é o fato de não encontrarmos, com certa regularidade, publicações destes pesquisadores ao longo dos 10 anos.

O tratamento dado ao tema nos trabalhos publicados em CBAS e ENPESS

Uma segunda preocupação expressa na pesquisa foi, a partir da identificação dos trabalhos, destacar os recortes do tema efetuados pelos autores. Analisando os 128 trabalhos, identificamos 08 grandes temas:

Quadro 3. Temas abordados



1. Movimentos sociais urbanos: a luta pela democracia participativa no acesso à cidade (40 trabalhos)
2. Movimentos sociais – gênero/geração/minorias (19 trabalhos)
3. A relação serviço social - movimentos sociais (18 trabalhos)
4. Movimentos sociais no campo: sujeitos, trajetórias, organização, projeto político (16 trabalhos)
5. Movimentos sociais: trajetórias, desafios (11 trabalhos)
6. Movimento sindical e a realidade atual (11 trabalhos)
7. Movimentos sociais e Ong's – um debate em aberto (04 trabalhos)
8. Outros (09 trabalhos)

Os dados quantitativos acima evidenciam uma preocupação importante para o serviço social - os movimentos sociais urbanos e suas lutas. Também a temática geracional/gênero/minorias é um tema de profunda relevância.

Mas o que chama a atenção é que apenas 13% destes autores (18) estão preocupados com a relação serviço social – movimentos sociais, ou seja, é inexpressiva a preocupação da profissão com a produção do conhecimento em/no serviço social na relação com os protagonistas que questão social. Isto nos leva supor que persiste na profissão uma dificuldade de aproximação de exercício profissional junto a movimentos sociais, ou, tão grave quanto isto, nossa dificuldade em explicitar como vem se dando esta aproximação. Sabemos a carência de produções acerca do fazer profissional, como se a sistematização, o pensar e exercício profissional naquilo que lhe é próprio, fosse algo de menor valor ou “um retorno ao conservadorismo” como muitas vezes escutamos de colegas ou lemos em produções do serviço social.

Os avanços da profissão para a compreensão do tema *movimentos sociais* hoje

Procuramos ainda, a partir de leitura minuciosa de cada um dos trabalhos, identificar os avanços da profissão para a compreensão do tema. Abaixo destacamos os conteúdos trabalhados pelos pesquisadores, bem como procedemos uma análise sobre o quanto estes contribuíram para que a profissão compreendesse melhor e com mais profundidade o tema, de forma a consolidar ações mais qualificadas técnica, teórica e politicamente no exercício junto a estes sujeitos coletivos.

No tema *movimentos sociais e ONGs* os autores trazem uma retrospectiva histórica dos anos 1980 e 1990, destacando as transformações econômicas, a relação tensa e ambígua entre Estado e Sociedade Civil e a valorização das ONGs. Geralmente pautados na produção advinda das Ciências Humanas e Sociais, apropriam-se das conclusões dos autores sem, contudo, se apropriarem do debate efetuado, apenas reproduzindo este conhecimento.

Três dos quatro trabalhos na relação movimentos sociais e ONGs apresentam leituras cristalizadas na academia acerca de movimentos sociais nos anos 80 (ascensão dos movimentos sociais) e 90 (crescimento das ONGs, globalização e perda da centralidade dos movimentos sociais, refluxo, etc.).

Constatou-se que o Serviço Social confunde leituras feitas acerca do contexto histórico com o próprio real. Com isto, reafirma esta distorção não avançando numa nova ou mais aprofundada leitura do quadro, o que cai numa produção repetitiva e enfadonha do dito momento histórico.

Os quatro trabalhos reproduzem o discurso cristalizado das Ciências Sociais e Sociologia, tendo Gohn e Scherer Warren como únicas referências – 70 e 80 – ascensão dos movimentos sociais; anos 90 – emergência das ONGs num contexto globalizado caracterizado pela descentralização, neoliberalismo, etc. Os autores trazidos nestas produções, no geral, não são para dialogar com a realidade, nem para estabelecer contrapontos ou ainda trazer novos aportes para aquele momento, mas simplesmente para reafirmar a leitura hegemônica da academia feita acerca dos anos 80 e 90.

A relação com o Serviço Social? Nenhuma. Apenas um trabalho que amplia o debate, mas é de área afim: geografia.

Os trabalhos relacionados ao tema *movimentos sociais e outros* trazem a importância das múltiplas formas de manifestação política e de resistência, debatem os impactos sociais oriundos das construções de obras, o enfrentamento com os interesses ideológicos e econômicos, a importância dos movimentos e da participação social na ampliação de direitos, no reconhecimento social e poder social e da consolidação de uma concepção política crítica de mundo.

Dos nove trabalhos, quatro trazem uma discussão ampla da realidade social, das lutas sociais, privilegiando ou reafirmando a profissão na relação com o PEP. Um dos trabalhos faz um estudo significativo, no sentido de trazer elementos novos para a discussão do que a profissão vem trazendo na questão do meio ambiente, lutas de resistência, populações tradicionais – isto é o novo, mas ainda fica na relação mais ampla (na discussão com o projeto ético-político).

Outros quatro trabalhos tratam da questão socioambiental como hidrelétricas/barragens, mas nada acrescentam à discussão já conhecida. Inclusive a grande maioria usando um ou dois autores de referência – discurso homogêneo – relatos de experiência de desapropriações/remanejamentos – sem nenhuma relação com a profissão.

Apenas um tem uma contribuição efetiva para a profissão, quando traz a percepção das práticas sociais dos trabalhadores, a fim de melhor esclarecer o público – alvo do Serviço Social, das ações desenvolvidas no exercício profissional.

Podemos afirmar que, no geral, estes poucos contribuem com a profissão, uma vez que seus autores acabam se limitando a relatos de experiências, reafirmando a lenta e ineficaz ação do Estado sem propor um indicativo de novas leituras ou novos elementos que proporcionem uma direção, uma saída,

levando o leitor a concluir que as saídas são de responsabilidade de cada profissional, algo individual, reafirmando uma visão fatalista da profissão.

Os artigos agrupados ao tema *movimentos sociais e movimento sindical* trouxeram pesquisas sobre a reestruturação produtiva, o “novo sindicalismo” focalizando a CUT, a proposta de desvelar o significado da oposição sindical, a construção de novas estratégias e táticas do sindicato para uma possível negociação, a reflexão de luta contra a exploração e opressão, as diferentes formas de transgressão e a discussão da dispersão do operário no coletivo submetido no cotidiano do trabalho. Alguns autores mencionam também a relação do Movimento Sindical – Serviço Social, apontando a contradição com o projeto ético-político do Serviço Social na questão da sua contribuição na reprodução da política neoliberal ou no crescimento do controle social. Alguns autores apontam indagações sobre a atuação profissional e seus desafios no cotidiano para trabalhar o coletivo sem nenhuma tentativa de construção de respostas aos desafios apresentados, o que acaba reiterando a visão fatalista acima mencionada.

Dos 11 trabalhos ali identificados, estes versam sobre processos de investigação (teórica e/ou empírica) e apontam para o processo de conhecimento do Serviço Social acerca da questão social, do mundo do trabalho, onde desigualdade importa também resistência, por envolver sujeitos que a vivenciam e a elas resistem e se opõem.

Entretanto, a grande maioria somente conseguiu fazer o que chamaríamos de sistematização de conhecimentos. Pouco, ou quase nada, de novo se expressa em termos de avanço do conhecimento acerca do ali produzido. Muitas vezes são discursos ideológicos que beiram ao sectarismo próprio da militância, muito longe do propósito da academia, de compreender a realidade, trazer novos elementos para a elucidação de um evento/acontecimento, etc.

No geral, os trabalhos ali apresentados sequer fazem menção à profissão, seja enquanto categoria profissional, integrante do mundo do trabalho, seja enquanto professor na relação com o exercício profissional. Os poucos que relacionam o tema ao Serviço Social o fazem em relação ao projeto profissional, em relação aos assistentes sociais enquanto trabalhadores e os dilemas da categoria, por qual caminho seguir em face à realidade que circunscreve o movimento sindical brasileiro hoje.

No tema *movimentos sociais: trajetórias e desafios* os autores, de maneira geral, fazem um levantamento histórico da trajetória das lutas e ações sociais como forma de enfrentamento à lógica neoliberal na realidade brasileira. Apresentam a imagem das lutas através da imprensa, o protagonismo dos movimentos sociais em tempos recentes, a direção política, o potencial democratizador e emancipatório, e problematizam a discussão da “crise dos movimentos sociais”. Estes relacionam os movimentos sociais com o Serviço Social na necessidade da defesa das políticas públicas universais, sendo que a profissão é chamada para analisar, pesquisar, debater e trabalhar com o empoderamento dos sujeitos coletivos e na assessoria dos movimentos sociais.

Dos onze trabalhos publicados, cinco são de uma mesma pesquisa, que formou um levantamento das lutas sociais e mobilizações presentes em PE de 1975 a 2002, explicitando o protagonismo e resistência em movimentos sociais e grupos organizados.

Dois dos trabalhos fazem uma reflexão teórica acerca destas lutas sociais no atual estágio capitalista (padrão/linear) sendo que um deles remete à questão das políticas sociais (também leitura padrão).

Os outros quatro trabalhos tratam de movimentos sociais na possibilidade do seu papel emancipatório, mas esbarra na leitura da crise dos movimentos sociais, repetindo a mesmice. Um deles, também nesta perspectiva, coloca alguns movimentos sociais como portadores de um novo mundo possível (ufanista). Um terceiro trabalho questiona a ideia da “cura” dos movimentos sociais, trazendo uma pesquisa sobre os protagonismos destes em Santa Catarina, e um último traz reflexões pertinentes

sobre a ideia de crise e retrocesso que orientou/orienta a partir de um levantamento de dados sobre lutas sociais, trajetórias de movimentos sociais, a produção acerca de movimentos sociais.

Também deste conjunto, poucos avançam em termos de produção do conhecimento. Aqui também encontramos as sistematizações/cópias da Sociologia/Ciências Sociais, Antropologia, trazidas sem discussão, sem sequer trazer também os autores que polemizam com estas explicações.

Poucos destes mencionam a relação desta produção com a profissão, seja na relação com o PEP ou com o assistente social enquanto trabalhador, ou ainda enquanto exercício profissional. Entretanto, mesmo que demonstrem a preocupação na articulação Serviço Social – movimentos sociais, ainda assim colocam a questão muito vaga, no “dever ser”.

Nos trabalhos agrupados no tema *movimentos sociais no campo*, os autores destacaram a luta pela terra, pela reforma agrária; a história, o projeto ético-político da educação rumo à hegemonia, as experiências e reivindicações do MST (Movimento dos Sem-Terra); apontam as relações de poder entre os demandantes de terra e as instâncias estatais e o processo de organização e desenvolvimentos dos assentamentos; relatam da resistência à contradição para uma nova forma de produção e organização social, inclusão e participação, e tratam também dos conflitos entre os trabalhadores rurais e o MST. Poucos autores relacionaram essa luta com o exercício profissional do assistente social, apenas mencionando que o Serviço Social é desafiado à compreensão dos movimentos sociais a fim de intervir na efetivação do seu projeto ético-político. O fato é que esta afirmação não contribui para avanços na ação profissional, uma vez que não se debate novas estratégias de interlocução e mediação do fazer profissional.

Também neste bloco de dezesseis trabalhos, temos investigações (teóricas e/ou empíricas) que apontam para a produção do conhecimento do Serviço Social acerca dos protagonistas da questão social igual a assentados. Dos quatro trabalhos, apenas um faz menção à necessidade da profissão compreender a realidade e os desafios que circunscrevem assentamentos e assentados, para, a partir daí, pensar um exercício profissional. Três destes trabalhos expressam uma visão romântica de imaginário socialista que sustentariam estes assentamentos, sem trazer efetivamente os conflitos, as relações de poder, a cultura política, as subjetividades que programam o cotidiano destes assentamentos.

Apenas em um dos trabalhos estes elementos se fazem presentes, trazidos do real, e não pautados em discursos previamente forjados.

Seis dos trabalhos sobre o MST seguem a mesma linha argumentativa de história linear, sem nenhuma análise crítica dentro da perspectiva crítica. Trata-se muito mais de sistematização de conhecimento, e sem qualquer faz menção ao Serviço Social. Apenas um dos trabalhos foge à regra realmente caracterizando-se enquanto produção de conhecimento no Serviço Social

Na seção *movimentos sociais e minorias*, os autores trazem: o conhecimento da realidade do Movimento Homossexual, a trajetória do Movimento Social de Idoso, dos Aposentados e Pensionistas, do *Hip-Hop* e do Movimento Negro, o enfrentamento do racismo, a importância da relação entre Estado e Sociedade Civil através dos conselhos, questões que envolvem a constituição das mulheres negras brasileiras enquanto sujeitos coletivos, as mães em luta no espaço público, o percurso teórico-político do Movimento Feminista e a questão da saúde da mulher, a compreensão do movimento de mulheres lésbicas, a participação das mulheres nos conselhos municipais de gestão das políticas públicas, nos movimentos sociais e das formas de relação de gênero construída na sociedade, as novas lideranças femininas, a maior inserção feminina na área urbana e rural na luta pela terra, a luta pela igualdade, a relação de gênero e a política de proteção social, a relação entre violência estatal e a constituição de sujeitos políticos, interesse na relação entre Movimento Feminista e ONGs e a efetivação da Lei Maria da Penha.

Em geral os artigos concluem com a afirmativa de que Serviço Social atua na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais, desenvolvendo atividades de assessoria, pesquisa, informações, educação popular, que é uma profissão interventiva aliada aos movimentos sociais, que luta

pela transformação social e ampliação de consciência. Nada de inovador, visto tratar-se de princípios éticos. Novamente não avançamos em indicativos para a qualificação da intervenção, com práticas críticas e criativas diante da realidade atual.

Na totalidade dos 18 trabalhos, duas questões se destacam: a maioria absoluta são sistematizações de conhecimento do Serviço Social acerca dos protagonistas da questão social. Nenhum dado novo nestas sistematizações. Há uma falta absoluta de interlocução com autores do mesmo viés teórico, quiçá de outras perspectivas. O que vemos ali expresso é muito mais o pesquisador-militante, que, não conseguindo separar as duas coisas, compromete as análises; maioria absoluta não faz referência ao Serviço Social, seja como ponto de partida ou chegada. Tampouco há menção à relevância do estudo para a área. Por fim, a grande maioria dos trabalhos apresenta a trajetória dos movimentos, leitura de senso comum, sem apresentar as contradições históricas – o seu contrapelo, como diz Walter Benjamin.

Geralmente, o diálogo com os autores são para afirmativas, não para o debate de conhecimentos acerca da realidade que trazem. O real que deveria ser ponto de partida e chegada torna-se uma “colagem”. Apenas cinco fazem alguma relação com o Serviço Social na relação com o PEP e um com o exercício profissional. A grande maioria é sistematização do conhecimento.

Os autores agrupados no tema *movimentos sociais urbanos e o acesso à cidade* debatem a organização/segregação do espaço urbano, a elaboração do Plano Diretor Participativo, discussão da implementação do Estatuto da Cidade, as formas de atuação pelo direito à cidade e à habitação, a afirmação da reforma urbana, a história da política habitacional no Brasil, o significado e a intervenção política do Movimento Social Urbano, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o Movimento de União dos Sem-Teto (MUST), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), o MST (urbano), a Central de Movimentos Populares (CMP), a concepção e configuração do movimento sociocomunitário, a ressignificação dos movimentos sociais, a mudança dos movimentos sociais após a criação dos conselhos gestores, a luta pela moradia, por ocupação de terras urbanas para “novas legalidades”, a regularização, a função social da propriedade privada, as contradições do Estado de Direito *versus* a deterioração das condições de vida, principalmente nas periferias da cidade, a apreensão do novo padrão de pobreza urbana recente, o entendimento da construção de espaços públicos democráticos e a participação na efetivação do Orçamento Participativo, reflexão sobre a gestão democrática da cidade, o processo de urbanização das favelas, a relação das associações de moradores e sua inserção no cenário político municipal, o papel dos fóruns, a necessária articulação entre espaços e esferas públicas, a participação e o controle social, os espaços da Sociedade Civil, conquista de cidadania, a relação com a geração de trabalho e renda, a construção de identidade, a questão socioambiental, do Conselho de Meio Ambiente e a educação ambiental.

Em vários destes trabalhos o Serviço Social é recordado pela sua intervenção através das Políticas Públicas, na função de: orientar os indivíduos na defesa dos direitos com olhar voltado às resistências, reforçar o Projeto Profissional na construção de nova ordem societária, implementar projetos para inserção dos usuários, formular, avaliar e acompanhar a política de habitação, capacitar-se, conhecer a realidade e as expressões, realizar estudos, pesquisas, informar e encaminhar alternativas de reivindicações. A questão é que os mesmos não informam avanços que se obtiveram para a profissão na sua atuação em face às demandas trazidas pelos movimentos sociais urbanos na luta pelo acesso à cidade.

Dos quarenta trabalhos publicados são significativos os relatos de experiências de cidades/cidadãos, sujeitos políticos no OP ou na trajetória do movimento, indicando um processo de construção de gestão democrática das cidades e a composição dos integrantes do OP e as demandas. Em geral, são repetições do já conhecido.

A esmagadora maioria dos trabalhos ali apresentados são relatos de experiências dos sujeitos coletivos, movimentos de moradia, movimentos populares na relação com a cidade. Poucos fazem

referência ao Serviço Social, seja enquanto exercício da profissão, seja na relação com o projeto da profissão.

Na ótica dos autores que tratam do tema *movimentos sociais e Serviço Social*, estes pautam a relação entre movimentos sociais e o exercício ético-profissional, na sua relação com o Código de Ética do Serviço Social, na inserção dos profissionais junto a movimentos sociais, na consolidação do projeto ético-político, na necessária articulação entre militância política e prática profissional, na questão da cidadania e na atuação em ações de assessoria aos movimentos sociais, na inserção do Serviço Social no meio rural, nas experiências de estágios, na dinâmica da ação política do CFESS, na reflexão sobre a nossa organização política, no entendimento do engajamento político do docente, na relação dos movimentos sociais com a educação, nos desafios para um projeto de assessoria, na formação política e na participação popular.

Dos dezenove trabalhos publicados: oito colocam a relação que se estabelece na relação movimentos sociais, Serviço Social e projeto ético político; dez trabalhos são relatos de experiências profissionais desenvolvidas pelo Serviço Social – ligadas a IES – na perspectiva da consultoria e assessoria ao movimento de bairro; e um trabalho fala de ONG.

O assistente social, segundo autores, planeja e articula reuniões, realiza entrevistas, palestras, seminários, visitas domiciliares e encaminhamentos. Um profissional que deve ser informado, crítico e propositivo, com atuação que fortalece o sujeito social, politiza as necessidades cotidianas dos setores subalternos, formula projetos, potencializa as organizações sociais. Serviço Social deve investir na visibilidade dos movimentos sociais, através da atividade, e na consciência sociocrítica do sujeito.

Nessa articulação, o Serviço Social deve comprometer-se com as lutas e as conquistas destes sujeitos coletivos, entretanto não se apresentam experiências concretas que informem esse fazer profissional.

A fala do “ser profissional” está caracterizada como um discurso progressista, emancipador, como sustentado por experiências que apontem a efetivação de ações nesta perspectiva.

Considerações finais

O propósito desta pesquisa foi o de identificar e compreender como o tema se fez presente nos espaços de divulgação e socialização de conhecimento, nos últimos dez anos, em trabalhos publicados nos eventos promovidos pela categoria profissional no Brasil: os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e os Encontros Nacionais de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS).

Os dados coletados nos permitem afirmar que o tema não desapareceu por completo nesses espaços, ainda que a profissão tenha tido um distanciamento profundo em relação ao mesmo, fruto das referências teóricas que orientaram as reflexões do tema na profissão, onde informavam o recuo ou simples desaparecimento dos movimentos sociais da cena política.

Os mesmos dados ainda nos permitem afirmar que pouco a profissão contribuiu com o avanço do conhecimento acerca do tema, já que a absoluta maioria dos trabalhos constitui-se em reprodução do conhecimento das áreas de humanas e sociais.

Afirmamos, tendo por base este relatório de pesquisa, que o tema *movimentos sociais*, presente nos ENPESS e CBAS, caracteriza-se muito mais pela sistematização e/ou reprodução do conhecimento, de práticas e/ou relatos de trajetórias históricas dos protagonistas da questão social do que efetivamente uma produção de conhecimento do Serviço Social acerca de movimentos sociais e seu protagonismo social. Constatação que nos permite inferir que isto fragiliza a profissão na sua intervenção junto a estes sujeitos coletivos que mais do que nunca estão presentes nos sumários locais, nacionais e internacionais, com ações coletivas e demandas fundamentais.

A grande maioria dos trabalhos apresentados trazem leituras cristalizadas na academia acerca de movimentos sociais nos anos 80 (ascensão dos movimentos sociais) e 90 (crescimento das ONGs, globalização e perda da centralidade dos movimentos sociais, refluxo, etc.).

Constata-se uma confusão entre as leituras feitas acerca do contexto histórico com o próprio real, reafirmando assim uma distorção na compreensão da realidade, não atualizando o debate. A releitura sobre o tema e o tempo reafirma uma produção repetitiva e enfadonha das construções teóricas do momento histórico.

Os autores não são trazidos nestas produções para estabelecer um diálogo com a realidade, ou ainda para trazer novos aportes daquele momento histórico; simplesmente são trazidos para reafirmar uma leitura hegemônica produzida na academia acerca dos anos 80 e 90, caracterizando-se, geralmente, como uma sistematização de conhecimento, parcial, tendenciosa, visto não trazer o debate e a polêmica já presente nas CSO e humanas sobre o protagonismo dos movimentos sociais nos anos 80 e 90, num contexto social, político e econômico muito distinto. Quase na totalidade dos trabalhos os únicos autores trazidos destas áreas são Gohn e Sherer Warren.

Um reprodução por vezes parcial, sem sequer mencionar que há nestas construções teóricas leituras distintas, por vezes divergentes, acerca da realidade analisada, levando o autor a pensar que trata-se de uma compreensão universal, quando, na realidade, trata-se de compreensão hegemônica, muito longe da ideia de homogeneidade.

Poucos trabalhos mencionam a relação entre movimentos sociais e o Serviço Social.

Alguns dos trabalhos que trouxeram instigante reflexão sobre movimentos sociais, trazendo autores e posicionamentos distintos, divergências teóricas acerca da análise dos movimentos sociais nas décadas anteriores e implicações desta leitura para o início do milênio, não são necessariamente pesquisadores do Serviço Social, mas de áreas afins, ou assistentes sociais que fizeram pós-graduação em áreas afins.

Daí a pertinência da frase de Millôr Fernandes que diz que: “O perigo de meia verdade é você dizer exatamente a metade que é a mentira”. Pergunta-se se, passados quase 20, 30 anos, não teríamos avançado na compreensão das décadas de 80 e 90 com maior profundidade, trazendo elementos que antes não estavam postos, novos olhares sobre uma mesma realidade? Os textos caracterizam-se muito mais como discursos cristalizados, como verdades absolutas, o que pouco (ou nada) contribui para o aprofundamento e compreensão da profissão sobre o tema proposto.

O traço pesquisador militante é quase perceptível. O frequente engajamento político dos pesquisadores da área compromete a leitura feita, pois há muitas expectativas por parte de pesquisadores-militantes em relação ao poder de transformação dos movimentos, perdendo-se de vista a capacidade de avaliar a dimensão real de suas potencialidades. Acrescido a isto, também é presente a ideia de Sociedade Civil, lócus dos movimentos sociais, como reservatório de virtudes, implicando sobrevalorização do potencial político dos atores sociais e a crença numa falsa independência em relação a partidos políticos e outras organizações. Concordamos com Gross e Prudêncio, quando estas afirmam que isso nos leva a questionar até que ponto a teorização sobre os movimentos sociais descreve a prática dos atores e se é possível e desejável que a teoria assuma esse papel (Gross e Prudência, 2004, p. 77).

É fato que somente em tempos mais recentes, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na sua Política Nacional de Fiscalização, explicita a necessária articulação do exercício profissional, movimentos sociais e organizações populares. A referida Política Nacional de Fiscalização diz que o Serviço Social deve: contribuir nos diferentes espaços para consolidar princípios e ações que banalizam a luta dos movimentos sociais populares; incentivar no exercício profissional o diálogo com os movimentos sociais; promover espaços de debates com os movimentos populares; defender a reforma agrária e o direito a moradia e o apoio ao Movimento dos Trabalhadores do Sem-Terra e Sem-Teto (CFESS, 2007)

Entendemos, sem dúvida, que se trata de uma política fundamental, mas somente isto é necessário? Não está a profissão desafiada a se reaproximar dos movimentos sociais enquanto espaços de exercício profissional? Marilda Iamamoto vem reiteradamente destacando em textos recentes a necessidade urgente da profissão de desenvolver práticas de educação popular, de organização da população, de intensificação de práticas que contemplem a democracia participativa direta.

Também é desafio para os autores do Serviço Social que discutem movimentos sociais ampliar o número de interlocutores com as áreas afins que debatem o tema. Acompanhar o balanço dos debates já feitos sobre as distintas teorias de movimentos sociais, o que colocam de novo, quais os novos elementos a considerar, etc.

E, finalmente, nós mesmos desenvolver nossa capacidade de ultrapassar a posição de sistematizadores de conhecimento de áreas afins na direção de construção de um debate mais profícuo, a partir da leitura que a profissão tem acerca dos movimentos sociais, por sua relação, seja enquanto profissional, seja enquanto pesquisador com estes.

É fato que a relação dos movimentos sociais, em especial os movimentos urbanos, com o Estado modificou-se significativamente na entrada do milênio à medida que as formas de participação direta foram se institucionalizando (conselhos de direitos e de políticas, orçamentos participativos, planos diretores, conferências, audiências públicas, etc.).

A participação social e os processos de descentralização passaram a se dar nos espaços construídos no interior da sociedade política (não só), cujos interesses e regras têm sido estabelecidos principalmente pelos dirigentes dos órgãos públicos.

Entretanto, as ações e as conquistas no âmbito do Estado pelos movimentos sociais urbanos indicam que estes continuam interferindo nas políticas públicas por meio da formulação de propostas de programas e mecanismos de negociação e pressão, sendo elementos cruciais para a democratização das instâncias estatais e de acesso aos direitos urbanos. É urgente, pois, que a profissão tenha um quadro mais amplo e atualizado acerca das teorias dos movimentos sociais hoje, bem como uma nova percepção acerca destes, de forma a contribuir efetivamente com esta profissão que se diz comprometida com as forças democráticas e participativas que buscam um novo mundo possível.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. A CUT entre o Classismo e a Social Democracia. In: NETO, Sabestião; GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT?* São Paulo: Scritta, 1993.
- _____. *A desertificação neoliberal no Brasil* (Collor, FHC e Lula). Campinas, Autores Associados, 2004.
- _____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo de trabalho. São Paulo: Cortez, 1995. (7. ed. 2000)
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ABESS/CEDEPSS – Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 50, 1996.
- _____. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. *Cadernos ABESS*, São Paulo, Cortez, n. 7, 1997.
- ANAIS do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. *O Serviço Social e a questão social: direitos e cidadania*. Brasília: ABEPSS, 2000.
- ANAIS do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2002.
- ANAIS do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2004.
- ANAIS do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2006.
- ANAIS do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2008.
- BRASIL. Regulamentação da profissão – Lei n. 8662/93.
- CARVALHO, Denise B. de; SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. *Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.
- CFESS/ABEPSS/ENESSO. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., Rio de Janeiro, CFESS, 2001. CD-ROM do evento.

- CFESS/ABEPSS/ENESSO. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., CFESS, 2004. CD-ROM do evento.
- CFESS/ABEPSS/ENESSO. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., CFESS, 2007. CD-ROM do evento.
- CFESS. Resolução 512/07 de 29/09/2007. Reformula as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização.
- GOHN, Maria da Glória. Comunidade: a volta do mito e seus significados. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 11, n. 32, 1990.
- _____. Conselhos Gestores e participação sócio-política. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 84)
- _____. Conselhos Populares e participação popular. In: *Serviço Social & Sociedade* n. 34, v. 11. São Paulo: 1990.
- _____. Estudo Comparativo sobre três formas de organização popular. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 11, n. 33, 1990.
- _____. *História dos movimentos populares*. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. *História dos movimentos sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 2001.
- _____. *História dos movimentos sociais e lutas sociais*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Movimentos sociais e a luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- _____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997. (2. ed. 2000)
- _____. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003. (1. ed. 1997)
- GROSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1 (2), jan./jul. 2004, p. 75-91.
- IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998. (2. ed. 1999. 6. ed. 2003)
- _____. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: *Capacitação em Serviço Social e política social*. Brasília: CEAD/UnB, 1999.
- _____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade; In: *CFESS; Atribuições privativas em questão*. Brasília: CFESS, 2002.
- _____. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ABEPSS/Odisseia, 2. ed. ano 2, n. 3, 2004.
- _____; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, CELATS, 1985.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 19, n. 57, 1998.
- _____. (Org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 1. e 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002 e 2005.
- NETTO, José Paulo. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. Capacitação em Serviço Social. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999, p. 91-110.
- _____. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 50, 1996.
- _____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. Projeto de formação profissional: proposta básica para o projeto de formação profissional. *Cadernos ABESS*, n. 6, 7 e 8.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- _____. *A vingança da história*. São Paulo: [Boitempo](#), 2003.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- _____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Revista da Fundação Seade, v. 8, 1994.
- _____; REIS, M. J. As barragens do Uruguai: a dinâmica de um movimento social. *Boletim de Ciências Sociais*, UFSC, Florianópolis, n. 42, p. 25-48, 1986.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. *O Serviço Social e o popular: registro teórico metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa na educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

¹ Destacamos aqui que a compreensão da questão social é indissociável tanto das configurações assumidas pelo trabalho quanto da arena de disputas entre projetos societários explicitados por distintos interesses de classes, projetos estes expressos nas bandeiras de lutas dos movimentos sociais.